

ICMS da Educação recebe 73 emendas na Alerj e sai de pauta

Votação do projeto marcou a retomada dos trabalhos legislativos após sessão solene

Por Paula Vieira

A Alerj iniciou oficialmente os trabalhos de 2026 nesta terça-feira (3), com uma cerimônia marcada por discursos de harmonia entre os poderes, mas também por momentos de tensão nas galerias. A sessão solene de abertura foi conduzida pelo presidente em exercício, Guilherme Delaroli (PL). Em seu pronunciamento, ele enfatizou a responsabilidade dos deputados: “Esta sessão não é apenas um rito constitucional, mas um reencontro com o compromisso que assumimos com cada pessoa deste Estado. Toda instituição democrática só permanece forte quando escolhe o respeito, o diálogo e a união em torno de quem realmente importa e é essa diversidade que dá força ao Parlamento”.

Representando o Executivo, enquanto o governador Cláudio Castro (PL) cumpre agenda oficial no exterior, o presidente do TJRJ e governador em exercício, Ricardo Couto, reforçou o tom conciliador: “Me dirijo a todos como um amigo, e, excepcionalmente, como representante do Executivo, que busca os mesmos anseios da população. Falar sobre o tempo é de suma importância porque estamos na casa da democracia, onde o respeito por



Thiago Lontra/Alerj

Solenidade teve a presença do governador em exercício, Ricardo Couto, presidente do TJRJ

cada cidadão deve ser enorme. É tempo de união, solidariedade, e reflexão”, discursou Couto.

Contudo, o clima de celebração foi interrompido. Durante a solenidade, um grupo de servidores que estava no auditório iniciou um coro pedindo “justiça”. A manifestação desagradou. Alegando que o grupo estava desrespeitando a sessão, Delaroli determinou que a segurança retirasse os manifestantes do plenário.

Após a solenidade, iniciou-se a ordem do dia com o debate

sobre o Projeto de Lei 6.659/25, do Executivo, que regulamenta o ICMS Educacional. A proposta, vital para que o Rio receba verbas do Fundeb, teve 73 emendas e saiu da pauta, com retorno para votação final ainda sem data. A norma define critérios baseados em índices de aprendizado para distribuir parte do ICMS aos 92 municípios. O decano Luiz Paulo (PSD) alertou para a pressa: “O Estado já não conseguirá receber estes recursos do Fundeb ao longo deste ano, mas temos que

aprovar a matéria o quanto antes, de forma urgente, para estarmos aptos a receber no próximo”.

O texto cria o Índice de Progressão da Aprendizagem com Equidade (IPAERJ). O deputado Vinicius Cozzolino (União) apresentou emendas contra a aprovação automática de alunos. “Temos que evitar esse mecanismo para assim garantir que esse ICMS seja efetivo. Só assim iremos diminuir as desigualdades educacionais”, pontuou. Já a deputada Dani Balbi (PCdoB)

criticou o foco meritocrático e destacou que os critérios de avaliação devem ir além das notas. “Apoiamos emendas para que sejam incluídos índices baseados na relação da comunidade escolar com seu entorno”, defendeu.

Em primeira discussão, foi aprovado o PL 1.432/23, de autoria de Guilherme Delaroli. O texto obriga empresas de aplicativos a instalarem pontos de apoio físico para entregadores em locais de alta demanda. Os espaços devem oferecer banheiro, água, refeitório com micro-ondas, área para descanso, wi-fi e energia para recarga. “O motoboy sai para trabalhar e não tem um ponto de apoio, não tem onde carregar o celular, não tem onde ir ao banheiro, não tem onde trocar uma roupa molhada, esse projeto visa ao bem-estar desta categoria”, justificou.

O descumprimento prevê multa de mil UFIR-RJ (cerca de R\$ 4.960,40), dobrada na reincidência. O autor rechaçou o argumento de custos: “As condições de trabalho questionáveis desses entregadores, que movimentam bilhões de reais, evidenciam a urgência da criação de medidas para que as empresas forneçam, ao menos, as condições básicas”, concluiu. O projeto passará por segunda votação em plenário.

Lula atende Paes e mantém limite no SDU

Em Brasília, o prefeito Eduardo Paes (PSD) se reuniu com o presidente Lula (PT), nesta terça-feira (3), e anunciou que o Governo Federal atendeu ao pleito do Rio de Janeiro para manter as restrições de passageiros no Aeroporto Santos Dumont. A decisão do presidente foi pela revogação do Despacho Decisório nº 6 de 2025, do Ministério de Portos e Aeroportos, que previa uma flexibilização nas regras de operação do terminal central. Com isso, fica preservada a política de integração dos aeroportos cariocas iniciada em 2023, que visa fortalecer o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) como o principal portão de entrada de voos internacionais e conexões de longa distância no estado.

De acordo com o prefeito, o despacho que foi anulado representava uma ameaça direta à recuperação do Galeão, pois permitia um aumento gradual



Reprodução/Instagram

Eduardo Paes em encontro com o presidente Lula e o ministro Silvano Costa Filho

de fluxo no Santos Dumont que poderia desequilibrar novamente o sistema aéreo. Ao sair do encontro no Palácio do Planalto, Paes reforçou que a manutenção das regras atuais é uma questão de estratégia econômica para a cidade e para o estado. “Contra fatos não há argumentos e os números não mentem: as medidas tomadas pelo presidente

Lula no início de seu mandato permitiram a recuperação do aeroporto do Galeão, aumentando o número de turistas e negócios para o Estado do Rio”, destacou o prefeito do Rio.

Os números citados pelo prefeito mostram que o Galeão bateu recordes em 2025 justamente por conta do menor volume de passageiros concentrado

no Santos Dumont. No último ano, o aeroporto internacional registrou 17,8 milhões de passageiros, um crescimento de 125% em relação a 2023. O destaque ficou para o fluxo de estrangeiros, que atingiu 5,7 milhões de pessoas, alta de 59%. No total, o sistema de aeroportos do Rio recebeu 24,1 milhões de passageiros, crescendo 24% na com-

paração com o ano de 2023. A diretriz mantida pelo presidente busca garantir que a conectividade nacional e internacional continue em expansão.

O vice-prefeito Eduardo Cavaliere também utilizou suas redes sociais para destacar o sucesso da articulação política e o impacto direto na economia carioca. Em seu perfil no Instagram, ele celebrou o acordo: “Numa decisão mais que acertada, fruto do diálogo do prefeito Eduardo Paes com nosso presidente Lula e o ministro Silvano Costa Filho, a cidade do Rio vai seguir sendo porta de entrada do Brasil pro mundo, fomentando o turismo, gerando emprego e renda pra nossa cidade e nosso país. Vale lembrar que foi uma decisão do próprio Presidente Lula em 2023 que permitiu a retomada do Galeão que fez o Rio de Janeiro e o Brasil baterem o recorde histórico de turismo em 2025. É mais que uma vitória pro Rio. É uma conquista de todo o Brasil”, declarou.